

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.696 - SP (2019/0334678-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADOS : LIVIA CRISTINA DA SILVA SAAD AFFONSO - RJ162092
ANDRE LUIZ DO RÊGO MONTEIRO TAVARES PEREIRA -
SP344647
BRUNO FONSECA DE OLIVEIRA - SP396665
RECORRENTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - MG111202
SAMIRA REBECA FERRARI - SP279477
RECORRIDO : MANOEL MUNIZ BARRETO
ADVOGADOS : AFONSO GABRIEL BRESSAN BRESSANIN - SP263777
ARTUR GUSTAVO BRESSAN BRESSANIN E OUTRO(S) - SP270553

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS que discute o interesse jurídico da Caixa Econômica Federal na participação do processo e a consequente competência da Justiça Federal nas ações de responsabilidade securitária relativas a imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação.

É o relatório. Decido.

O Plenário do egrégio Supremo Tribunal Federal, no RE 827.996/PR, por maioria de votos, reconheceu a repercussão geral da matéria relativa à possível existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceiro interessado nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação e, consequentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza (Tema 1011).

Nesse contexto, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e o Superior Tribunal de Justiça, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do recurso extraordinário, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Nesse sentido deliberou a colenda Quarta Turma, ao analisar os Agravos Internos nos AREsp 966.543/PR e 826.653/PR, de minha relatoria, na sessão de 16 de

Superior Tribunal de Justiça

outubro de 2018, nos termos da ementa a seguir transcrita:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INTERESSE JURÍDICO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. REPERCUSSÃO GERAL DO TEMA RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (RE 827.996/PR). DETERMINAÇÃO DE RETORNO DOS AUTOS À CORTE DE ORIGEM.

Cumprе destacar que apenas após essa providência é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema de repercussão geral ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Ante o exposto, determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, a fim de que, em observância aos citados arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida: *i*) negue-se seguimento ao recurso, se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou *ii*) proceda-se ao juízo de retratação, na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema de repercussão geral.

Publique-se.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator